

A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade

Isabelle Anchieta de Melo*

Índice

1	Objetividade: notícia como sinônimo do real	1
2	A subjetividade como poder absolutista do jornalismo	3
3	Nem objetividade, nem subjetividade	4
4	Objetividade como intersubjetividade	5
5	A narrativa intersubjetiva	6
6	Bibliografia	6

“Assim como a natureza penetra até o centro de minha vida pessoal e entrelaça-se a ela, os comportamentos também descem na natureza e depositam-se nela sob a forma de um mundo cultural”
(PONTY, 1996, p. 465).

A questão é: A objetividade jornalística pode ser resumida à dicotomia entre objetividade e subjetividade? A resposta: não. E, para justificar essa negativa temos de primeiro tentar definir, especialmente, o que

*Mestre pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no curso de Comunicação Social - Fafich. É pesquisadora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) no grupo "Jornalismo, Cognição e Realidade"(JR), que tem como objetivo sistematizar, contextualizar e analisar as Teorias do Jornalismo. Foi apresentadora e editora do jornal da Globo em Minas Gerais. Repórter de documentários especiais pela TV Cultura (Rede Minas de Televisão).

se entende por objetividade jornalística para, daí, termos a resposta.

1 Objetividade: notícia como sinônimo do real

A concepção inicial de objetividade jornalística parte do princípio de que não há uma distinção entre a realidade e a notícia. Ou seja, a notícia seria o reflexo e a imitação da realidade. Nessa afirmação há duas premissas: Primeiro, a de que existe uma realidade, única, universal e imutável. Segundo, de que não há qualquer mediação ou interferência simbólica, cultural e ideológica entre a realidade e a notícia.

Premissas, essas, que estão localizadas historicamente dentro do positivismo moderno. A valorização da racionalidade, da verdade e da ciência é o fundamento desse período. Assim, acreditava-se que através de procedimentos racionais e científicos seria possível atingir a “verdade”. Marcado pela distinção entre sujeito e objeto, o cartesianismo moderno, contaminou o jornalismo que passou a justificar-se como um relato em que os objetos pudessem ser observados com distanciamento e imparcialidade.

Tal tendência despreza uma série de fatores que estão implicados no processo de pro-

dução da notícia. Fatores, esses, que são enfatizados pelas atuais teorias construcionistas do jornalismo. Dos mais relevantes, devemos considerar:

1. A narrativa jornalística. O que implica em considerar suas técnicas narrativas particulares que incluem: o processo de hierarquização e seleção dos acontecimentos (valores-notícia); o lead; a pirâmide invertida e o uso de pontuações objetivas como as aspas, o ponto e as vírgulas, evitando as expressões textuais subjetivas, como reticências, exclamações e interrogações. O que comprova que a linguagem jornalística não é natural ou idêntica ao real, mas simbólica e cultural.
2. O processo de seleção dos acontecimentos noticiosos. Assim tanto a nível subjetivo (gatekeeper); quanto a nível organizacional verifica-se que há entre o acontecimento e a notícia um processo de escolha e hierarquização dos acontecimentos que são ou não considerados publicamente relevantes. O que refuta a idéia de que a notícia reflete o real, pois apenas parte dos acontecimentos são publicados. Hierarquia, essa, definida por critérios e filtragens individuais e organizacionais, ou se preferirem, por valores-notícia próprios.
3. Ordenação do tempo. O jornalismo constrói uma segunda ordem temporal sobreposta ao tempo social, através de rotinas diárias de trabalho cadenciadas por “deadlines” e planejamentos de cobertura (pauta). Assim, mais do que seguir o tempo social, o jornalismo age em um tempo ou ciclo próprios: “o dia

noticioso”. Dia, esse, marcado por faixas de tempo ou “time slots” (Schlesinger, IN TRAQUINA, p.183, 1993).

4. As relações com o poder; especialmente localizadas na relação entre jornalistas com as fontes noticiosas. A idéia é que o poder ideológico seria reproduzido na notícia através do uso de “fontes acreditadas” que defenderiam interesses políticos e econômicos próprios. Assim, o jornalismo, não poderia ser percebido como um relato imparcial já que uma série de parcialidades está em jogo por meio das fontes noticiosas.
5. A interferência da realidade socialmente, culturalmente e historicamente constituída. Ou seja, há um primeiro plano já mediado da realidade que se dá na vida cotidiana e funciona como um enquadramento primeiro para a construção do discurso midiático (como um segundo enquadramento). Desse ponto de vista interacional, o jornalismo não estaria mais diante do real, mas diante de uma realidade já socialmente dada. Ou seja, “as notícias não contam como as coisas são, mas contam as coisas segundo o seu significado” (BIRD, DARDENE, IN TRAQUINA p.267, 1993).

Frente a essas importantes considerações críticas, a idéia de um jornalismo objetivo no sentido que toma a notícia como sinônimo do real não se sustenta mais. O que não implica em tomar ou legitimar o caminho oposto _ o da subjetividade _ como veremos a seguir.

2 A subjetividade como poder absolutista do jornalismo

No entanto, seria um erro tão grave quanto o da crença na objetividade, acreditar que há, em contrapartida, uma subjetividade pura. Subjetividade, essa, que poderia ser traduzida em duas tendências dentro das Teorias do Jornalismo: uma que compreende o jornalista como indivíduo capaz de selecionar, a seu modo, o que é ou não notícia e a outra que autonomiza a organização jornalística, como se ela por meio de rotinas e políticas editoriais, pudesse definir sozinha a noticiabilidade dos acontecimentos.

A primeira tendência pode ser exemplificada pelo estudo de Manning White. Para o autor o processo de seleção de notícias ou o “gate”, seria determinado de forma subjetiva e arbitrária pelo “Mr.Gate” ou jornalista. O estudo que depois é conhecido como Gatekeeper tem uma perspectiva individualista do processo jornalístico, conferindo total poder ao pólo emissor (personificado pelo jornalista) na definição da noticiabilidade. Já a segunda tendência, apesar de complexificar a análise do processo de seleção _ pensando a organização jornalística e não mais o jornalista individualmente _ ainda sim não deixa de se tratar de um entendimento subjetivista do jornalismo. Ou seja, é a empresa, sua rotina de produção e sua política editorial que definem o que é ou não notícia, mesnosprezando os valores sociais e históricos que estão implicados nesse processo. Novamente separam a emissão da recepção e de seu ambiente de ação, conferindo uma total autonomia ao campo jornalístico, o que Miquel Rodrigo Alsina definiu como teorias “autistas”.

Nessa perspectiva, a noção de produção

é concebida de modo descontextualizado e, conseqüentemente, sem vínculos com a dinâmica da vida social, isto é, com as instituições historicamente configuradas e com as experiências e as práticas dos sujeitos sociais (MAIA, p.18, 2006).

Portanto, é fundamental considerar que toda seleção de valores-notícia possui um intercâmbio com os valores socialmente dados por uma cultura. Como mesmo chama a atenção Galtung e Ruge, os valores notícia variam de uma sociedade a outra, de um país a outro. Isso porque mais do que valores exclusivamente jornalísticos, tratam-se de valores sociais que funcionam como fundamento para uma segunda seleção de valores operadas pela mídia. Assim, temos que tanto os jornalistas como as organizações jornalísticas não conseguem impor, por si sós, uma realidade publicamente relevante. O jornalismo só é um subsistema importante porque é legitimado pela sociedade. Por isso, é mais do que uma profissão de sujeitos que produzem notícias ou ainda mais do que uma empresa ou organização é, sim, uma instituição social autorizada a produzir relatos de acontecimentos publicamente relevantes.

Em outras palavras, o jornalismo é um subsistema inserido e em diálogo com um sistema maior: o seu contexto sócio histórico e cultural. E, como subsistema, o jornalismo possui uma “relativa autonomia” em relação ao sistema que se insere, já que possui um “modus operandi” próprio que se superpõe e interage com o sistema. Dessa forma não corremos o risco nem de superestimar o poder da mídia _ que é condicionada culturalmente _ nem muito menos menosprezamos sua importância _ já que possui relativa autonomia no sistema social além de ter uma

posição institucionalmente importante e reconhecida nele.

Como todo subsistema, o da mídia conta com relativa autonomia (isto é, independente do controle de grupos e instituições de outros subsistemas) para a produção de comunicação, através de códigos e de semânticas específicas, em ambientes de ação ordenados e validados por critérios próprios. (...) Sob tal ótica, a comunicação deixa de ser entendida como meio, e passa a ser entendida como ambiente de ação (MAIA, p.21, 2006).

3 Nem objetividade, nem subjetividade

Portanto, não seria adequado considerar uma objetividade pura, já que não há outra forma de representar o real que não pela linguagem e por *frames* (Goffman) ou enquadramentos socialmente constituídos dessa mesma realidade, nem muito menos é natural falar de uma subjetividade pura. Isso porque o sujeito está implicado em uma “gramática cultural (COLBY, 1975) que define as regras de construção da narrativa” (DARDENE, BIRD, IN TRAQUINA p.271, 1993).

Há aqui uma relação dialética na construção da realidade. Pois, ao mesmo tempo que o jornalismo toma como referente as ocorrências, estas, por sua vez, já estão cognizadas ou valoradas através de uma mediação social e histórica que o antecede. Assim “as notícias não contam as coisas como elas são, mas contam as coisas segundo o seu significado” (BIRD E DARDENE, IN TRAQUINA p. 267, 1993). O que não implica, contudo, em afirmar que o jornalismo meramente reproduz o sistema ideológico cultural, pois ele

possui também um modo particular de processar os acontecimentos dentro de rotinas e formas narrativas próprias – a mediatização. Nas palavras de Moloth e Lester, “a mídia forma uma segunda agência na produção de acontecimentos públicos. Da sua perspectiva um número finito de coisas ‘acontecem realmente’, das quais as mais especiais ou importantes são selecionadas. A sua tarefa implica em verificar o valor de uma estória” (MOLOTH E LESTER IN TRAQUINA, p.40, 1993). Assim, o jornalismo pode, por possuir uma relativa autonomia, chocar-se com os valores sociais da sua sociedade ou mesmo contrariar os interesses de algumas fontes poderosas.

Ao mesmo tempo em que os jornalistas, enquanto fazendo obviamente parte de uma cultura e sujeitos as suas gramáticas narrativas, são também especialistas treinados em técnicas específicas que podem algumas vezes colidir com as convenções culturais dominantes (BIRD E DARDENE, IN TRAQUINA, p.271, 1993).

Tal enfrentamento das convenções sociais dominantes dá-se com frequência, pois ao contrário do que pensa a Teoria Estruturalista, as fontes poderosas ou os “definidores primários” não são um grupo homogêneo, mas concorrentes. É natural, portanto, que relato jornalístico agrade, por vezes, uma parcela desse grupo e desagrade outra parcela, sendo um campo de tensão de forças mais complexo e menos determinado pela ideologia e pelo poder, como se supõe. Mesmo porque não podemos menosprezar o acesso do público à mídia, mesmo sendo ele um acesso provocado ou “disruptivo”, nos

termos de Moloth e Lester. Além disso, o público é o fundamento da existência do relato jornalístico, sustentando-o, tanto financeiramente quanto lhe dando legitimidade fiduciária para selecionar os acontecimentos publicamente relevantes.

4 Objetividade como intersubjetividade

No entanto, vale retomar e problematizar com mais atenção o conceito de objetividade jornalística. Atacada e criticada como uma idealização, especialmente por Gaye Tuchman e Adriano Duarte Rodrigues, a importância da objetividade jornalística não deve ser menosprezada. Mais do que uma “desculpa” ou uma forma dos jornalistas protegerem-se de erros, a objetividade possui, sim, um papel normativo para a prática jornalística. Tomando esse cuidado Michel Schudson explica que o ideal da objetividade não deve ser tomado como a expressão final de uma convicção nos fatos, mas ao contrário como a afirmação de um método concebido que toma o real como múltiplo, em que até os fatos não deveriam ser tomados como verdadeiros de antemão. “Com a ideologia de objetividade, os jornais substituíram uma fé simples nos fatos por procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em dúvida (Schudson, 1978, p.122).

A objetividade, como procedimento, é um método extremamente saudável e ético para a prática jornalística. Assim, não se trata mais de encontrar uma verdade última ou de acreditar que os fatos possuem uma objetividade em si, mas de buscar produzir uma narrativa equilibrada, o que implica: ouvir as várias versões do fato, por diferentes fon-

tes; apresentar a controvérsia; verificar documentos e dados que comprovem ou não o fato; buscar não tomar partido, entre outras condutas técnicas-éticas. Eugênio Bucci define essa objetividade nos procedimentos como sendo uma intersubjetividade, ou seja,

A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada intersubjetividade. Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o observam e o reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato” (BUCCI, p. 93-94, 2000).

Dessa forma, objetividade jornalística, como intersubjetividade, seria um campo que faz interagir: jornalistas, norteados por rotinas temporais e políticas organizacionais, em relação com fontes com interesses noticiosos conflitantes, utilizando uma narrativa própria que é fundamentada nos valores sociais do seu público e do seu contexto histórico.

A objetividade, como procedimento intersubjetivo, é o fundamento da prática jornalística, por isso, não devemos menosprezar a sua força normativa. Como norteadora da ação jornalística a objetividade é válida para dizer o que é e como deve ser o procedimento do jornalista e do jornalismo como profissão transorganizacional e institucional. Assim, mudamos o foco no entendimento da objetividade “que não reside nas próprias notícias, mas no comportamento dos jornalistas” (ROSCHO, 1975 apud, John Sloski in TRAUQUINA, 1993). Trata-se de um procedimento que busca o equilíbrio, sendo mais um

campo de apresentação das interações do que propriamente a crença do reflexo de uma verdade acabada. O jornalismo é, assim, campo de disputa e luta simbólica e deve mais apresentar a diversidade de posições sobre um assunto do que focar um de seus aspectos. Com tal procedimento, aproxima-se da verdade:

O objeto adquire uma progressiva configuração adequada à sua verdade na medida em que os pontos de observação e explicação se multiplicam: observadores que podem estar em tensão, contradição ou indiferentes entre si (CANEVACCI, 1996, p.42).

5 A narrativa intersubjetiva

A intersubjetividade, por pressupor o equilíbrio, não está relacionada a um método frio e racional na apreensão e, especialmente, de narração dos acontecimentos. Pois, toda “boa” reportagem utiliza elementos narrativos para contar o acontecimento. Assim, antes de ferir a objetividade jornalística a narratividade é uma de suas condições para produzir um relato claro e atraente.

Portanto, ao invés de se opor a concepção da notícia como narrativa, esse procedimento leva em conta o seu caráter simbólico. E, por isso mesmo, utiliza com equilíbrio os elementos expressivos buscando a melhor apresentação possível do fato, ou se preferirem, sua maior objetividade. Portanto, o mero registro, sem utilização da potencialidade narrativa produz a menor clareza e comunicabilidade do fato, enquanto a utilização de recursos narrativos ao contar o acontecimento, ao invés tornar ficcional, dá ao fato maior objetividade. Nem apenas dados e estatísticas

(que configurariam o relato frio), nem apenas a humanização e dramatização do fato (que seria o sensacionalismo). Uma boa “estória” noticiosa é aquela que ao mesmo tempo prende a atenção pelos elementos de personificação e dramatização, como também informa oferecendo um significado dentro de um repertório cultural especializado.

A objetividade no jornalismo, que é intersubjetividade não pede isenção total _ pede equilíbrio. Nas duas hipóteses (excesso de frieza ou excesso de emocionalismo), pode-se atribuir um déficit de qualidade à má adequação entre as convicções do repórter e sua tarefa de obedecer um relato eficiente dos acontecimentos: ou ele encenou neutralidade e frustra seu público, ou produziu uma narrativa panfletária, e confunde o público. Por uma e por outra desinforma (BUCCI, p.95, 2000).

6 Bibliografia

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *La construcción de la noticia*. Barcelona, Ediciones Paidós, 1989.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MAIA, Rousuley. *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- PONTY, Merleau. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- SHUDSON, Michael. *Discovering the news*. New York: Basic books, 1978.

SHUDSON, Michael. *The power of news*.
Cambridge: Harvard University Press,
1996.

TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões,
teorias e estórias*. Lisboa. Ed: Veja,
1993.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo*
Volume I. *Porque as notícias são como
são*. Forianópolis. Ed: Insular, 2004.